

VISÃO DO CORREIO

A guerra é dos homens

Relatório das Nações Unidas vem de apontar, no ano passado, quase 10 mil casos de violência sexual contra mulheres em situações de conflito armado. O número corresponde a mais do que o dobro do registrado pelos organismos da ONU no ano anterior. A publicação documenta o recurso à violação, à escravidão sexual e ao casamento forçado, bem como ao tráfico e aos raptos, em 21 países afetados por conflitos na África, no Oriente Médio, na Europa e no Caribe.

A representante especial do comando da ONU para o tema, Pramila Patten, alerta que “os números contidos no relatório devem ser entendidos não como o quadro completo, mas como indicador de um padrão muito mais amplo de violações que permanecem em grande parte invisíveis e subnotificadas”.

Desde a Segunda Guerra Mundial, civis têm sido a maior parte das vítimas em conflitos armados — uma tendência que se acentua. E, nesse quadro, a violência sexual contra as mulheres assoma como um dos viéses mais acentuados e repetidos. Ainda mais chocante: repetem-se as denúncias em que os violadores são militares de terceiros países que integram forças de paz da ONU. É o caso de brasileiros que serviram como “capacetes azuis” no Haiti.

O estupro é documentado como recorrente nas guerras desde sempre. Traduz, em boa medida, uma concepção que é preciso ser confrontada ainda hoje: a de que a mulher seja objeto individual das investidas militares para dominação e conquista territorial.

Relatos datados da antiguidade,

passando pelas idades Média e Moderna, coincidem no relato da violência sexual sistemática contra as mulheres de países vencidos ou conquistados. O padrão se repete, por mais que pareça anacrônico, em conflitos que se desenrolam diante dos olhos do mundo inteiro.

Foi assim nas guerras de secessão da ex-Iugoslávia, em especial a da Bósnia. Tem sido igual nos conflitos étnico-religiosos que se multiplicam na África. Denúncias de violência sexual repetem-se também nos relatos das israelenses feitas reféns pelo movimento palestino Hamas após os ataques de 7 de outubro de 2023. Como da parte de palestinos (homens) prisioneiros em Israel.

A chaga do abuso sexual, que se expressa com especial ferocidade contra as mulheres, convida a refletir sobre algo mais profundo e permanente que a dinâmica própria dos conflitos armados. Trata-se de um traço mais ancestral, relacionado à ascensão do modelo social assentado no patriarcado.

A partir do ponto em que os homens se estabeleceram como força dominante daquilo que, ainda hoje, chamamos de civilização, a mulher passou a ser vista e tratada como bem. E a faculdade exclusiva de gerar prole passou a servir como arma de guerra.

Eradicar o estupro como instrumento de dominação exige, por certo, que o crime seja perseguido e punido. Mas, em alcance mais amplo, passa por uma batalha mais profunda e permanente — de ordem cultural. Inclui gestos e atitudes cotidianas. Exige, igualmente, o combate intransigente à cultura patriarcal que normaliza o feminicídio e as violências patriarcais cotidianas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Aborto legal 1

São assustadoras a frieza e a distância entre quem vota e quem sofre. Em menos de dois minutos, o Senado aprovou um projeto de Lei que dificulta o acesso ao aborto legal para meninas estupradas aos 10, 11, 12 anos — meninas em risco de morte e vítimas de gestações inviáveis. Dois minutos para decidir sobre vidas que já foram violentadas, marcadas, feridas, e suficientes para aumentar o sofrimento de quem não tem voz no plenário. Para os parlamentares, é fácil legislar sobre corpos que não são os deles, sobre dores que nunca sentirão, sobre medos que não conhecem. Tudo isso para lacrar nas redes sociais e angariar votos para a reeleição. Dificultar o aborto legal não salva vidas!

» **Pacelli M. Zahler**

Sudoeste

Aborto legal 2

Inimaginável que o Senado Federal impeça o aborto em meninas que foram estupradas. Conclui-se que os legisladores acenderam a luz verde para tamanha violência contra crianças e adolescentes, em sua maioria vítimas do pai ou de outro parente próximo. A punição fica para as inocentes agredidas sexualmente por homens desprovidos de respeito, mas plenos de uma maldade indescritível. O Senado exibiu apoio a um dos atos mais violentos contra os menores de idade. Desde quando crianças e adolescentes merecem ter capacidade e maturidade para cuidar de um bebê? Impor-lhes uma gestação é puni-las, elas que foram vítimas da animalização dos autores. O Senado, sem debate e sem contestação, amparou por lei inominável o comportamento animalesco dos autores de estupros, homens sem caráter e aptos a quaisquer outras ações criminosas que causam repulsa à parcela de quem é verdadeiro humano e sente ascos diante dessa parcela do Brasil de violência, na qual muitos legisladores se encontra. Que legisladores são esses?

» **Leonora Lima**

Núcleo Bandeirante

Escala 6 X 1

A redução da jornada de 6 X 1 seria uma discussão extremamente válida não fosse pelo país viver um momento em que a CLT deixou de ser regra e passou a ser exceção. Parece que se ignora isso, e a origem disso. Há uma carga tributária excessiva, associada aos subterfúgios criados justamente para burlar a CLT, “pejotizando” o sistema de trabalho, escasseando direitos para que o trabalhador simplesmente consiga sobreviver e o tomador do serviço consiga pagá-lo. Esconde-se o sol com peneira, se faz gambiarras legislativas para que o maior responsável não tome para si a responsabilidade. É só dar uma olhada nos dados do IBGE sobre informalidade e “autônomos” — entre aspas pela autonomia forçada em razão da situação do país.

» **Idejan Gross**

Brasília

Seleção

Hora de vibrar. De torcer pelo sonho do hexa. Não importa se a Seleção Brasileira não é favorita. Na Copa do Mundo, o torcedor se enche de fé e boas energias. Quem não gosta de futebol não ponha olho gordo na Seleção. A emoção contagia. Bandeirolas, bonés, pó de arroz, camisas,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tentativa de golpe e tarifaço. Antes, eu acreditava na frase “Tal pai, tal filho”. Hoje, eu penso “Tal pai, pior o filho”.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Insano é falar que foi de Flávio Bolsonaro a culpa do governo Trump de tentar proteger as bandeiras dos cartões de crédito americanos. O Pix foi criado no governo Bolsonaro e é o queridinho do Brasil. Dizer isso é mais um palanque eleitoral para este ano. Que Deus nos acuda!

João Coelho Vítola — Asa Norte

O Parque Ecológico da Asa Sul, que tem boa pista de caminhada, quadras e bela natureza, precisa da conclusão dos banheiros, além de estacionamento. Já tem melhorado a frequência e a vigilância.

Marcos Figueira — Sudoeste

Espécies de plantas aquáticas invasoras avançam sobre o Lago Paranoá. Mas não disseram que o pirarucu é que era o problema?

Roberto Tavares — Brasília

No Brasil está uma indecência: é cachorro nas ruas atacando as pessoas e os tutores fingindo de morto. Cadeia também para esses responsáveis!

Ana Maria de Faria — Brasília

apitos, tatuagens, janelas e carros enfeitados, tomam conta da alma da população. As resenhas empolgam corações. Brasil em campo para tudo. O torcedor alimenta manias. Assiste aos jogos sentado no mesmo lugar. Outros usam a mesma camisa em todos os jogos. Outros fazem promessas. Apostam fortunas. Dedos cruzados. Olhos grudados na televisão. Geladinhos compõem a coreografia. Gol do Brasil, é hora de soltar o grito da garganta. Pulos, abraços, buzinas, palavrões, beijos, choros, preces aos céus.

» **Vicente Limongi Netto**

Asa Sul

Tarifa e trabalho forçado

Os Estados Unidos dizem que o Brasil precisa ser penalizado com uma tarifa de 12,5% por importar bens feitos por meio de trabalho forçado. Quantos imigrantes são explorados dentro do território estadunidense? Donald Trump não está nem aí para os trabalhadores do Brasil. É apenas mais uma desculpa para atacar o nosso país!

» **Alexandre Castro**

Brasília



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

Chamado à responsabilidade

Alguns governos fazem mais; outros, menos; e nenhum deles trata “com absoluta prioridade” os direitos de crianças e adolescentes, apesar do que determina o artigo 227 da Constituição Federal. Estamos às portas de novas eleições gerais, momento de reforçarmos a cobrança para que a obrigação de tratamento diferenciado a meninos e meninas não fique apenas nos programas de governo e nos discursos efusivos, como é de praxe.

Na terça-feira, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) concluiu os candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais a assumirem o compromisso público de agir em nome do sentido de o país “não perder mais nenhuma criança para a violência”.

O Unicef lembrou que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, em que se comprometeu a investir na infância e na adolescência e a protegê-las. Sim, o país assinou o documento há quase 36 anos. E, em 21 de novembro de 1990, a Presidência da República publicou o Decreto 99.710, no qual, em seu Artigo 1º, diz que a convenção da ONU “será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

A realidade, porém, é que estamos muito distantes de segui-la em sua totalidade — o documento das Nações Unidas lista uma série de prerrogativas sociais, culturais, econômicas, civis e políticas para meninos e meninas, “retratando o direito à vida, à sobrevivência digna, à infância e à adolescência, ao futuro, à dignidade, ao respeito, à liberdade”.

Na carta aberta desta semana, o Unicef avaliou que o Brasil tem avançado na garantia de direitos, como acesso à saúde

e à educação, no entanto destacou que o país apresenta números “alarmantes” de violência contra meninos e meninas, dentro e fora de casa, “problema que vem se agravando ao longo de décadas”.

O Fundo citou o que vários levantamentos nacionais apontam rotineiramente: que os altos índices de abusos sexuais e físicos ocorrem, principalmente, em casa e impactam vítimas já na primeira infância (até os 6 anos de idade). “Além disso, todo ano, cerca de 5 mil crianças e adolescentes são assassinados no Brasil. Meninos negros são a maioria das mortes, que costumam acontecer fora de casa, em contextos de violência armada, criminalidade ou intervenções de forças de segurança”, acrescentou.

Entre os compromissos que o Unicef defende serem assumidos pelos candidatos estão o de criar políticas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes dentro de casa; o de combater a violência extrema e o racismo, em especial contra meninos negros da periferia, além da violência de gênero e da misoginia; e o de garantir transparência, sustentabilidade e responsabilização no uso de recursos públicos em prol de meninos e meninas. No site da entidade há um detalhamento de cada uma dessas propostas.

O Unicef salientou que o combate à violência contra crianças “precisa ser prioridade para os novos governantes”. Nossa Constituição enfatiza, porém, que esse é um dever, não uma opção. O dever dos eleitos em outubro, e a cada pleito, é fazer com que o Estado deixe de ser violador e passe a priorizar os direitos de meninos e meninas, como é de sua obrigação.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br